

Relatório do Conselho de Administração



SICOOB

Credimed

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo
dos Servidores Públicos Federais do Município
de Uberaba e Suas Fundações | Sicoob Credimed LTDA.**

CNPJ 71.336.432/0001-16

Exercício em 31/12/2016



EDITORIAL

Os alicerces da fundação de uma Cooperativa são a confiança que as pessoas tem umas nas outras e a crença de que juntas elas serão mais fortes. Esses alicerces, ainda hoje, fazem parte do nosso dia a dia, e em um momento em que a estrutura econômica e política do país está em xeque, as cooperativas se apresentam como uma das organizações de melhor reputação nas suas áreas de atuação. Quando comparado ao mercado bancário tradicional, as Cooperativas de Crédito tem conseguido preservar seu compromisso de bem atender os cooperados, e orientá-los em suas transações financeiras. O Sicoob Credimed vem mantendo estáveis as carteiras de empréstimo e financiamento, conseguindo manter baixas as taxas de juros e ao mesmo tempo remunerando bem os aplicadores, possibilitando aos cooperados uma melhor saúde financeira. Isso é possível pelo fato de conhecermos melhor o nosso público e em razão da confiança gerada pela proximidade e constante atualização e profissionalização de toda a equipe.

Cumprimos nossas metas para 2016, melhorando e ampliando nossos recursos, serviços e o conforto dos nossos associados; incentivamos a contínua capacitação de nossos colaboradores, diretoria e conselheiros, priorizando um atendimento personalizado à todos os cooperados; investimos na segurança, na modernização da infra estrutura física e tecnológica de nossa cooperativa. Com todo esse cuidado e acompanhamento, conseguimos um resultado expressivo, que se refletiu em sobras, em abertura de novas contas e maior adesão aos nossos produtos e serviços. Nesse quesito, temos a satisfação de informar que o Sicoob Credimed é o segundo classificado do Sicoob Central Cecremge, no IAP (Índice de Aproveitamento de Produtos), significando que a nossa cooperativa é uma das melhores do estado de Minas Gerais em aceitação de produtos e serviços do Sicoob.

Após esse retrato de nossa realidade em 2016, só nos resta parabenizar a todos os Colaboradores, Conselheiros de Administração e Fiscal e principalmente à você Cooperado, que confiou em nosso trabalho e decidiu “Fazer Parte” desse grande sistema financeiro, que é hoje o Sicoob.

Demonstramos assim, que em 2016 a Cooperativa Sicoob Credimed continuou fazendo a diferença na vida de muitas pessoas, e comprova que juntos somos mais fortes.

Em 2017, **FAÇA PARTE DE ALGO MAIOR.**

Uberaba, 26 de abril de 2017

Diretoria Executiva do SICOOB CREDIMED

José Henrique Cruvinel da Silva
Jesus de Faria Fernandes
Maria Elisa Di Poi Cruz

Negócio

Soluções financeiras através da cooperação.

Missão

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos Cooperados e às suas comunidades.

Visão

Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora de desenvolvimento econômico e social dos Cooperados.

Valores

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

Estatuto Social

Acesse o site **www.sicoobcredimed.com.br/downloads**
e faça o download do Estatuto da Cooperativa

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/16 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - **SICOOB CREDIMED**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB CREDIMED completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o **SICOOB CREDIMED** obteve um resultado de R\$ 399.280,73 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 6,06%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 14.159.028,15. Por sua vez a carteira de créditos comercial representava R\$ 11.552.092,93.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 10,57% da carteira, no montante de R\$ 1.448.217,32.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 20.761.930,81, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 68%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 1.306.291,62	6,29 %
Depósitos a Prazo	R\$ 19.455.639,19	93,71%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/16 o percentual de 72,11% da captação, no montante de R\$ 14.970.430,30.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do **SICOOB CREDIMED** era de R\$ 6.696.837,27. O quadro de

O Patrimônio de Referência do **SICOOB CREDIMED** era de R\$ 5.695.417,37 O quadro de associados era composto por 1.858 Cooperados, havendo um decréscimo de 2,72% em relação ao mesmo período do exercício anterior influenciado pela demissão dos funcionários da FUNEPU.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O texto está o de 2015, atentar para o relatório de 2016.

O **SICOOB CREDIMED** adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,40% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

faltam os itens 8,9 e 10

faltam 3 parágrafos do item 7

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o **Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop** tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

[O texto está de 2015, atentar para o relatório de 2016](#)

As contribuições ao **FGCoop** pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

UBERABA / MG, 31 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>		20.780.842,78	13.535.746,47
• Disponibilidades	4	967.425,42	1.043.733,42
• Relações Interfinanceiras	4	14.159.028,15	7.660.247,17
Centralização Financeira - Cooperativas		14.159.028,15	7.660.247,17
• Operações de Crédito	5	5.414.854,50	4.719.724,59
Operações de Crédito		5.557.883,73	4.806.882,16
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(143.029,23)	(87.157,57)
• Outros Créditos	6	239.534,71	112.041,29
Créditos por Avais e Fianças Honrados		20.922,56	5.428,71
Rendas a Receber		231.546,00	110.289,68
Diversos		520,24	123,00
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(13.454,09)	(3.800,10)
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		6.137.238,43	4.314.945,39
• Operações de Crédito	5	6.137.238,43	4.314.945,39
Diversos	6	875.016,30	875.016,30
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(875.016,30)	(875.016,30)
<u>Permanente</u>		1.091.917,49	1.007.430,36
• Investimentos	7	671.368,49	615.060,20
Participações em Coligadas e Controladas - No País		671.368,49	615.060,20
• Imobilizado em Uso	8	401.555,56	367.601,98
Imóveis de Uso		510.668,52	510.668,52
		356.585,96	298.234,50
(Depreciações Acumuladas)		(465.698,92)	(441.301,04)
• Intangível		18.993,44	24.768,18
Ativos Intangíveis		56.249,39	57.248,39
(Amortização Acumulada)		(37.255,95)	(32.480,21)
TOTAL DO ATIVO		28.009.998,70	18.858.122,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		21.311.076,45	12.795.933,32
• Depósitos	9	20.761.930,81	12.285.380,88
Depósitos à Vista		1.306.291,62	919.139,33
Depósitos à Prazo		19.455.639,19	11.366.241,55
• Relações Interdependenciais		-	2.661,77
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	2.661,77
• Outras Obrigações	10	549.145,64	507.890,67
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.047,35	11.574,08
Sociais e Estatutárias		192.463,77	194.691,90
Fiscais e Previdenciárias		113.556,95	70.816,07
Diversas		242.077,57	230.808,62
Patrimônio Líquido	11	6.698.922,25	6.062.188,90
• Capital Social		5.108.528,23	4.650.697,84
De Domiciliados no País		5.108.586,23	4.650.866,84
(Capital a Realizar)		(58,00)	(169,00)
• Reserva de Lucros		1.288.632,32	1.250.912,11
Sobras Acumuladas		301.761,70	160.578,95
TOTAL DO PASSIVO		28.009.998,70	18.858.122,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos reais – R\$)**

	NOTA	2º SEM. 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		1.878.952,41	3.527.751,08	2.760.287,07
Operações de Crédito		1.878.952,41	3.527.751,08	2.760.287,07
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(1.450.571,37)	(2.626.480,83)	(1.259.711,54)
Operações de Captação no Mercado		(1.404.156,03)	(2.505.680,20)	(1.164.044,32)
Provisão para Operações de Créditos		(46.415,34)	(120.800,63)	(95.667,22)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		428.381,04	901.270,25	1.500.575,53
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(234.813,04)	(438.689,39)	(1.278.291,18)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		89.998,79	165.727,49	176.929,82
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		39.977,78	82.619,61	65.639,85
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(960.783,85)	(1.818.519,84)	(1.655.344,54)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(672.963,09)	(1.187.749,06)	(845.104,98)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(13.176,31)	(30.136,34)	(31.922,47)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.200.377,62	2.156.382,11	928.778,20
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	15	111.449,79	257.440,97	136.895,00
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	16	(29.693,77)	(64.454,33)	(54.162,06)
Resultado Operacional		193.568,00	462.580,86	222.284,35
Resultado Não Operacional		3.658,46	3.778,16	(31.560,77)
Resultado Antes da Tributação		197.226,46	466.359,02	190.723,58
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(15.580,88)	(30.002,26)	(15.629,45)
Participação nos Lucros	14	(17.076,00)	(37.076,00)	-
Sobras / Perdas antes das Destinações		164.569,58	399.280,76	175.094,13
Destinações legais e Estatutárias			(97.519,06)	(46.024,45)
F.A.T.E.S.			(59.798,85)	(29.890,74)
Reserva Legal			(37.720,21)	(16.133,71)
Lucro / Prejuízo (Sobra / Perda) Líquido			301.761,70	129.069,68

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos reais – R\$)**

EVENTOS	Capital		Reservas de Sobras		Sob Perdas ou Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Contingências		
Saldos em 31/12/2014	4.254.147,29	(165,00)	1.180.287,67		202.732,48	5.637.002,44
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao FATES					16.000,00	16.000,00
Constituição de Reservas				86.000,00	86.000,00	-
Ao Capital	100.446,92				100.446,92	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					285,56	285,56
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	470.329,03	4,00				470.325,03
Por Devolução (-)	174.056,40					174.056,40
Reversões de Reservas				31.509,27	31.509,27	-
Sobra / Perda Líquida					175.094,13	175.094,13
Fates Atos Não Cooperativos					13.757,03	13.757,03
Destinação da Sobra do Exercício:						
Fundo de Reserva			16.133,71		16.133,71	-
FATES					16.133,71	16.133,71
Saldos em 31/12/2015	4.650.866,84	169,00	1.196.421,38	54.490,73	160.578,95	6.062.188,90
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao FATES					60.000,00	60.000,00
Ao Capital	99.557,48				99.557,48	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					1.021,47	1.021,47
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	504.888,94	111,00				504.999,94
Por Devolução (-)	146.727,03					146.727,03
Sobra / Perda Líquida					440.356,76	440.356,76
Participação nos Lucros					41.076,00	41.076,00
Fates Atos Não Cooperativos					22.078,64	22.078,64
Destinação da Sobra do Exercício:						
Fundo de Reserva			37.720,21		37.720,21	-
FATES					37.720,21	37.720,21
Saldos em 31/12/2016	5.108.586,23	58,00	1.234.141,59	54.490,73	301.761,70	6.698.922,25
Saldos em 30/06/2016	4.927.085,13	105,00	1.196.421,38	54.490,73	234.711,18	6.412.603,42
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	257.634,74	47,00				257.681,74
Por Devolução (-)	76.133,64					76.133,64
Reversões de Reservas					181.645,58	181.645,58
Sobra / Perda Líquida					17.076,00	17.076,00
Participação nos Lucros					22.078,64	22.078,64
Fates Atos Não Cooperativos						
Destinação da Sobra do Exercício:						
Fundo de Reserva			37.720,21		37.720,21	-
FATES					37.720,21	37.720,21
Saldos em 31/12/2016	5.108.586,23	58,00	1.234.141,59	54.490,73	301.761,70	6.698.922,25

Obs.: Valores em vermelho são valores negativos, favor observar o arquivo.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES | SICOOB CREDIMED LTDA**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos reais – R\$)**

Descrição	2º SEM. 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	197.226,46	470.359,02	190.723,58
IRPJ / CSLL	15.580,88	30.002,26	15.629,45
Participação nos Lucros	17.076,00	41.076,00	-
Depreciações e Amortizações	22.578,95	45.307,39	45.248,35
Provisão para Perda com Operações de Crédito	8.693,78	55.871,66	4.140,13
	195.842,31	500.459,81	224.482,61
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	442.990,54	2.573.294,61	1.651.924,58
Outros Créditos	61.456,56	127.493,42	12.608,99
Outros Valores e Bens	7.403,28	-	-
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	80.702,57	387.152,29	4.210,30
Depósitos sob Aviso	17.529,41	34.133,82	26.628,13
Depósitos a Prazo	1.257.943,55	8.055.263,82	1.756.337,40
Relações Interdependências	702,32	2.661,77	1.015,93
Outras Obrigações	139.881,73	41.254,97	38.460,09
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	914.389,97	6.314.814,91	301.260,11
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível			1.462,50
Inversões em Imobilizado de Uso	53.816,58	73.486,23	12.867,04
Inversões em Investimentos		56.308,29	45.239,89
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	53.816,58	129.794,52	59.569,43
Atividades de Financiamentos			
Aumento por Aportes de Capital	257.681,74	504.999,94	470.329,03
Devolução de Capital à Cooperados	76.133,64	146.727,03	174.056,40
Estorno de Capital			4,00
Destinação de Sobra de Exercício Anterior em C/C Associados		1.021,47	285,56
Destinação de Sobra de Exercício Anterior em FATES		60.000,00	16.000,00
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	22.078,64	22.078,64	13.757,03
FATES - Sobra Exercício	37.720,21	37.720,21	16.133,71
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	121.749,25	237.452,59	250.092,33
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	982.322,64	6.422.472,98	491.783,01
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	14.144.130,93	8.703.980,59	8.212.197,58
No Fim do Período	15.126.453,57	15.126.453,57	8.703.980,59
Variação Líquida das Disponibilidades	982.322,64	6.422.472,98	491.783,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Obs.: Valores em vermelho são valores negativos, favor observar o arquivo.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
DO MUNICÍPIO DE UBERABA E SUAS FUNDAÇÕES - SICOOB CREDIMED LTDA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31/12 DE 2016 E 2015**

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - **SICOOB CREDIMED**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 19/09/1993, filiada à **CCE Créd. Est. MG Ltda.- SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIMED** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração ou pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 31/01/2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

d) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

e) Investimentos

Representados por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE, avaliadas pelo método de

custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no

circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	967.425,42	1.043.733,42
Relações interfinanceiras – centralização financeira	14.159.028,15	7.660.247,17
Total	15.126.453,57	8.703.980,59

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade: 31/12/2016

Modalidade	31/12/2015			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	100.269,39	-	100.269,39	59.813,11
Cheque Especial / Conta Garantida		-		
Empréstimos	5.210.486,32	5.210.486,32	10.804.116,49	8.440.096,00
Financiamentos	247.128,02	543.608,26	790.736,28	621.918,44
Provisão para Perda com Operações de Crédito	(143.029,23)	-	(143.029,23)	(87.157,57)
Total	5.414.854,50	6.137.238,43	11.552.092,93	9.034.669,98

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Favor verificar a tabela do arquivo de 2016, obs.: esqueçam o arquivo de 2015

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 2015	Provisões 2015	Total em 2014	Provisões 2014
A	0,5%	Normal	6.904.568,10	34.522,84	7.735.981,07	38.679,91
B	1%	Normal	1.247.005,69	43.585,06	1.247.005,69	12.470,06
B	1%	Vencidas	29.672,88	176,75	29.672,88	296,73
C	3%	Normal	17.675,12	7.861,15	32.092,01	962,76
C	3%	Vencidas	27.889,39	905,31	27.889,39	836,68
D	10%	Normal	262.038,33	5.203,03	11.041,65	1.104,17
D	10%	Vencidas	30.177,01	1.510,67	144,18	14,42
E	30%	Normal	52.030,31	367,05	60,27	18,08
E	30%	Vencidas	15.106,74	2.191,67	18,30	9,15
F	50%	Vencidas	1.223,51	-	2.000,50	1.400,35
G	70%	Normal	4.383,33	6.318,39	15.188,39	10.631,87
G	70%	Vencidas	-	4.885,53	2.900,00	2.900,00
H	100%	Normal	2.900,00	35.501,59	17.833,22	26.062,61
H	100%	Vencidas	9.026,27	96.057,80	10.466,30	10.466,30
Total Normal			11.582.028,59	46.971,43	9.031.020,92	70.825,09
Total Vencido			113.093,57	143.029,23	90.806,63	29.640,15
Total Geral			11.695.122,16	-	9.121.827,55	87.157,57
Provisões			(143.029,23)	-	(87.157,57)	-
Total Líquido			11.552.092,93	-	9.034.669,98	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos	1.675.700,47	2.653.003,96	5.593.630,17	9.922.334,60
Financiamentos	71.281,57	175.846,45	543.608,26	790.736,28
Total	1.470.146,79	2.828.850,41	6.137.238,43	10.713.070,88

1.746.982,04

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

d) Composição da carteira de crédito por cliente e atividade econômica:

Crédito	A partir de 15 dias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Set. Priv. Ent. Filantrop	-	50.841,74	-	-	-	-	50.841,74
Set. Priv. Outros Serviços	-	10.308,08	35.294,96	4.544,48	-	-	50.147,52
Pessoa Física	55.363,49	1.630.468,73	2.793.555,45	5.241.333,57	890.007,48	1.352,90	10.612.081,62
	55.363,49	1.691.618,55	2.828.850,41	5.245.878,05	890.007,48	1.352,90	10.713.070,88

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	87.157,57	83.017,44
Constituições / Reversões no Período	106.943,46	102.832,08
Transferência para Prejuízo no Período	(51.071,80)	(98.691,95)
Total	143.029,23	87.157,57

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	93.046,23	1%	96.495,15	1%
10 Maiores Devedores	811.402,25	7%	733.065,53	8%
50 Maiores Devedores	2.670.331,40	23%	2.159.346,65	24%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

31/12/2015

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	451.593,78	379.583,92
Valor das operações transferidas no período	51.071,80	98.691,85
Valor das operações recuperadas no período	(19.731,98)	(12.714,81)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	(7.926,24)	(6.381,59)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(287,37)	(7.585,59)
Total	474.719,99	451.593,78

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a depositantes	30.239,12	33.025,65
Rendas de Empréstimos	3.331.960,61	2.646.612,08
Rendas de Financiamentos	145.319,37	67.877,78
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	20.231,98	12.771,56
Total	3.527.751,08	2.760.287,07

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honrados	20.922,56	5.428,71
Rendas a Receber (a)	231.546,00	110.289,68
Diversos (b)	875.536,54	875.139,30
Provisões para Outros Creditos	(888.470,39)	(878.816,40)
TOTAL	239.534,71	112.041,29

(a) Em rendas a receber estão registradas: receita de convênios (R\$ 22.050,43), receita mantida na centralização financeira do sicoob Central Cecemge (R\$ 205.133,21), a receber da previdência social-INSS (R\$141,67) e provisão de renda serviço financeiro (R\$4.220,69).

(b) Em títulos de Crédito a Receber estão registrados valores a receber referentes a créditos repassados para a realização de depósito judicial, todavia não efetivados, do Pis sobre atos não cooperativos (R\$ 238.721,36), e da Cofins atos não Cooperativos (R\$636.294,94), bem como provisão de estimativas de perdas, frutos de praticas irregulares identificadas, e outros (R\$ 520,24).

7. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	-	32.882,91	32.882,91
Edificações	4%	477.785,61	477.785,61
Instalações	-	41.284,89	35.869,89
Móveis e Equipamentos	10%	117.704,87	109.604,37
Sistema de Segurança	10%	38.009,89	38.214,63
Sistema de Processamento de Dados	20%	141.020,45	98.509,73
Sistemas de Comunicação	10%	18.565,86	16.035,88
Total		(465.698,92)	(441.301,04)
Depreciação acumulada		401.555,56	367.601,98
Total		367.601,98	394.368,91

9. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	1.306.291,62	919.139,33
Depósito Sob Aviso	302.293,89	268.160,07
Depósito a Prazo	19.153.345,30	11.098.081,48
TOTAL	20.761.930,81	12.285.380,88

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	8.472.842,05	42%	4.763.695,51	39%
10 Maiores Depositantes	13.593.340,27	67%	7.275.801,46	60%
50 Maiores Depositantes	17.010.550,58	83%	9.769.417,70	80%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	37.073,81	31.427,72
Despesas de Depósitos a Prazo	2.438.708,22	1.117.416,11
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	29.898,17	15.200,49
Total	2.505.680,20	1.164.044,32

10. Outras Obrigações

10.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de Atos com Associados (a)	40.545,52	16.133,71
Resultado de Atos com Não Associados (a)	28.832,97	29.750,59
Cotas de Capital a Pagar (b)	123.085,28	148.807,60
Total	192.463,77	194.691,90

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

10.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para impostos e contribuições/lucros	6.135,43	5.098,65
Impostos e contribuições a recolher	107.421,52	65.717,42
TOTAL	113.556,95	70.816,07

10.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	40.536,96	4.745,18
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	35.644,26	46.242,95
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	159.168,96	145.371,98
Provisão para Passivos Contingentes	6.436,27	4.595,98
Credores Diversos - País	291,12	29.852,53
TOTAL	242.077,57	230.808,62

(a) Refere-se a compra de bens e direitos adquiridos através do cartão corporativo da instituição, parcelados.

(b) Refere-se a prestação de serviço de folha de pagamento conta salários cooperados.

(c) Referem-se a provisão para pagamento de despesas de pessoal (R\$90.401,06)), água/energia/gás (R\$2.371,19), alugueis (R\$1.666,00), comunicações (R\$2.270,37), processamentos de dados (298,03) propaganda e publicidade (R\$626,68) segurança e vigilância (R\$4.726,83), manutenção e conservação de bens (R\$624,06), transporte (R\$4.302,36), seguro (R\$6.656,05), plano de saúde (R\$4.302,36), compensação (R\$7.435,80) seguro prestamista (R\$17.205,77) e outras (R\$ 12.632,54).

11. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIMED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações

interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2016, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$457.830,39 conforme integralização estatutária.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	5.108.528,23	4.650.697,84
Associados	1.855	1.798

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Contingência

Destinadas a contingenciar possíveis perdas com processos judiciais aprovada na AGO de 2015, com validade até AGO 2017.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, no valor de R\$99.557,48, R\$1.021,47 destinado para cotas a pagar a ex-associados e R\$60.000,00 ao FATES.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	399.280,77	175.094,13
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(22.078,64)	(13.757,03)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	377.202,13	161.337,10
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 10%	(37.720,21)	(16.133,71)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(37.420,21)	(16.133,71)
Reversão de reserva constituída		31.509,27
Sobra à disposição da Assembléia Geral	301.761,70	160.578,95

13. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADOS - ANTES DO IRPJ/CSLL		93.091,76
AJUSTES DO RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS		
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	8.9.4.10.00-6	(14.074,73)
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	8.9.4.20.00-3	(15.927,52)
TOTAL		(30.002,25)
Receitas de vendas de quotas de consórcios com associados	7.1.7.99.02.161-1	(2.094,24)
Receitas de vendas de seguros com associados	7.1.7.899.02.163-5	(38.916,63)
TOTAL RECEITAS		(41.010,87)
RESULTADO COM NÃO ASSOCIADOS DEDUZIDO DAS DESPESAS DE IRPJ/CSLL		22.078,64

7.1.7.99.02.163-5

14. Participação no Lucro (sobra)

Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 37.076,00 a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto e efetivado em 05/12/2016.

15. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	3.444,38	91.655,11
Reversões de Provisões	6.730,78	-
Outras Rendas Operacionais	56.308,29	45.239,89
Outras Receitas Operacionais	190.957,52	-
TOTAL	257.440,97	136.895,00

(a) Refere-se a sobras recebidas do Sicoob Central Cecremge.

(b) Refere-se a rendas de cartões de crédito.

16. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Descontos concedidos operações de crédito	56.023,25	49.162,00
Outras contribuições Diversas	8431,08	5.000,06
Total	64.454,33	54.162,06

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
371.494,49	3,21%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
500.761,05	2,46%

Tabela incompleta, falta 3ª coluna, atentar para arquivo enviado.

Operações ativas e passivas – saldo no Exercício de 2016:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	26.248,75	131,24	3,31%
AD. A depositante	249,09	1,25	0,24%
Empréstimo/financiamento	344.996,65	1.724,98	3,22%

OPERAÇÕES PASSIVAS		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
257.157,20	1,32%	98% do CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6%	6%
Empréstimos	1,99%	1,99%
Aplicação Financeira (RDC)	98% CDI	98% CDI

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COOBRIÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2015 (R\$)	
Pessoa Física	32.053,65

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Financiamento	172.652,00

No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presenças, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Honorários, Cédula de Presença INSS	231.216,20
Encargos Sociais	57.779,04

Honorários/Cédulas de Presença

18. Cooperativa Central

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - SICOOB CREDIMED, em conjunto com outras

cooperativas singulares, é filiada à CCE Créd. Est. MG Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIMED responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	14.159.028,15	7.660.247,17
Investimentos (nota 7)	671.368,49	615.060,20

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30/06/2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/08/2016, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

19. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$1.107.570,85, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

20. Seguros contratados – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração associados com instituições financeiras oficiais e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 31/12/2016.

22. Gerenciamento de Risco

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015.

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a)** identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- b)** documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c)** elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;
- d)** realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- e)** elaboração de propostas de atualização da política;
- f)** disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- g)** existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
- h)** implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo

Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Risco de mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDIMED objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- a)** realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b)** procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c)** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d)** acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - d.1)** valor em Risco (Value at Risk – VaR);
 - d.2)** limites máximos de risco de mercado;
 - d.3)** cenários de stress para risco de mercado;
 - d.4)** limite mínimo de liquidez;
 - d.5)** cenários de stress para risco de liquidez.
- e)** realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f)** elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g)** existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e

racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br).

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a)** adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b)** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c)** procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d)** procedimentos para a recuperação de créditos;
- e)** sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f)** informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g)** área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h)** modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i)** limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j)** modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br).

Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDIMED** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a)** monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b)** avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c)** planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d)** postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e)** viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br).

Uberaba / MG, 31 de janeiro de 2017.

José Henrique Cruvinel da Silva
Diretor Presidente

Jesus de Faria Fernandes
Diretor Financeiro

Maria Elisa Di Poi Cruz
Diretor Administrativo

Maria Marilene dos Santos Carvalho
Contador – CRC/MG nº: 67.016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações SICOOB CREDIMED LTDA, em reunião realizada no dia 25/01/2017, em observância ao disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pelo SICOOB CREDIMED.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes do SICOOB CREDIMED, são de opinião que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembléia Geral de Cooperados.

25 de janeiro de 2017

Uberaba-MG, 25 de janeiro de 2016

ErasmO Leal da Silva

Conselheiro Fiscal Coordenador

Dircy da Silva

Conselheira Fiscal Secretária

Clébia Rosa Moraes Alves

Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações - SICOOB CREDIMED - Uberaba - MG.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais do Município de Uberaba e suas Fundações em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2017

Júlio César Toledo de Carvalho
Contador CRC MG 069.261/O
CNAI 1953

AÇÕES IMPLEMENTADAS

1 – Investimentos em sistemas de segurança da Cooperativa com a instalação do monitoramento de vídeo e do equipamento de segurança de rede FORTIGATE, em conformidade com o Projeto de Segurança do Sicoob Central Cecemge;

2 – Aquisição e instalação de mais uma máquina de Auto Atendimento;

3 – Aquisição dos equipamentos para controle de senha de atendimento e gerência;

4 – Aquisição de equipamento de PABX digital moderno;

5 – Manutenção e modernização da infra estrutura tecnológica, e instalação de RACK para acondicionar equipamentos de informática;

6 – Capacitação contínua do quadro funcional e Diretoria Executiva; dentre outros, destacamos:

- Finalização do MBA Gestão em Cooperativas de Crédito, Faculdade Novos Horizontes e Sicoob Central Cecemge (1 ano), Gerente administrativa e Agente de Controle Interno e Riscos

- Em curso no PROGER Sicoob Central Cecemge (2 anos), a Gerente de Negócios
- Finalização do PRODIR Sicoob Central Cecemge (2 anos) pela Diretoria Executiva
- Participação no LIDERCOOP, do sistema OCEMG e Fundação Dom Cabral (1 ano), pela Diretora administrativa
- Treinamentos através do Sicoob Universidade AD, disponíveis aos funcionários e Conselheiros
- Foi aplicado aos colaboradores, o Curso de Primeiros Socorros e Prevenção à Incendio, pelos técnicos da RN Metropolitan
- Aplicado aos colaboradores , Diretoria Executiva e Conselheiros, a Oficina Outros Olhos, Proace, visando o atendimento adequado à portadores de necessidades especiais
- Em curso treinamento FORMACOOOP ministrado pela OCEMG

7 – A Diretoria Executiva participou de vários eventos e treinamentos , entre eles:

- World Coop Management – Liderança e Estratégia, em Belo Horizonte
- Lançamento do PDGC, com Sistema Ocemg, Sicoob Confederação, OCB SESCOOP
- 3º Pense Sicoob, com Banco Central do Brasil, Banco Cooperativo do Brasil, Sicoob Confederação.

8 – Patrocínio ou contribuição em diversos eventos da UFTM, destacando-se a Semana do Servidor 2016.







SICOOB
Credimed

R. Castro Alves, 30 | N. Srª da Abadia | Uberaba - MG
CEP 38025-380 | (34) 3333-7755 e 3312-7333

www.sicoobcredimed.com.br

 **sicoobcredimed**